

Vanyne Freitas



Universidade Federal de Uberlândia
vanyne@ufu.br

Cíntia Rodrigues de Oliveira



Universidade Federal de Uberlândia
cintia@ufu.br

Submetido em: 09/01/2023

Aceito em: 17/03/2023

Publicado em: 05/06/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14849](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14849)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

OS “ANÚNCIOS” DA GESTÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Com o objetivo de compreender o posicionamento do governo do estado brasileiro de Minas Gerais em relação aos mecanismos privatistas na educação, foram analisados os anúncios gráficos de seus principais programas educacionais, por meio de uma pesquisa qualitativa-interpretativa, com a análise dos discursos inspirada em Michel Foucault. As formações discursivas destes anúncios evidenciaram que o governo mineiro se posiciona como avaliador e regulador dos serviços educacionais, que divulga as parcerias público-privadas na educação como eficientes, e identifica o indivíduo – sob a égide do gerencialismo - como o responsável pelo avanço do estado; e assim, tenta direcionar e promover mudanças nas relações de poder entre sociedade e governo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação. Público-privado.

THE “ADVERTISEMENTS” OF PUBLIC-PRIVATE MANAGEMENT IN EDUCATION

ABSTRACT

With the aim of understanding the position of the government of the Brazilian State of Minas Gerais in relation to privatization mechanisms in education, the graphic advertisements of its main educational programs were analysed, through qualitative-interpretative research, with the analysis of the discourse inspired by Michel Foucault. The discursive formations of these advertisements showed that the government of Minas Gerais positions itself as an evaluator and regulator of educational services, which discloses public-private partnerships in education as efficient; and identifies the individual – under the aegis of managerialism – as responsible for the advancement of the state; and thus, tries to direct and promote changes in the power relations between society and government.

Keywords: Public policies. Education. Public-private.

LOS “ANUNCIOS” DE LA GESTIÓN PÚBLICO-PRIVADA EN EDUCACIÓN

RESUMEN

Con el objetivo de comprender la posición del gobierno del estado brasileño de Minas Gerais en relación a los mecanismos de privatización en la educación, se analizaron los anuncios gráficos de sus principales programas educativos, a través de una investigación cualitativa-interpretativa, con el análisis del discurso inspirado de Michel Foucault. Las formaciones discursivas de estos anuncios mostraron que el gobierno de Minas Gerais se posiciona como evaluador y regulador de los servicios educativos; publicita las asociaciones público-privadas en educación como eficientes; identifica al individuo, bajo la égida del gerencialismo, como responsable del avance del estado; y así, trata de dirigir y promover cambios en las relaciones de poder entre sociedad y gobierno.

Keywords: Políticas públicas. Educación. Público privado.

1 INTRODUÇÃO

O uso de sistemas de informação e de avaliações na educação pública do Brasil são ampliados continuamente, desde o início da reforma do papel do Estado, na linha da administração pública gerencial. Vários estados da federação adotaram seus próprios sistemas de avaliação e multiplicaram o monitoramento da educação como mecanismos de garantia de resultados (RODRIGUES *et al.*, 2016; KOSLINSKI *et al.*, 2017). No Estado de Minas Gerais este processo de reforma também se expande, com inúmeras ações e programas do governo estadual destinados à implementação de um mercado privatista na educação pública mineira – uma reforma que incorpora, com maior ênfase, princípios, modelos e mecanismos da gestão empresarial (SILVA, VALENTE, PEREIRA, 2019).

Recentemente, em uma matéria veiculada na página eletrônica do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPROMINAS), intitulada “Professores contestam propaganda do governo estadual”, foi publicizado um informativo de outro Sindicato - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - destinado a desmascarar os anúncios publicitários do governo estadual sobre a educação no estado, e no qual constava: “apesar do governo investir mais de milhões de reais em propagandas, a comunidade escolar conhece a realidade da escola pública e sabe que o que se vê na propaganda não é real” (SINPROMINAS, 2022, n.p). Esta matéria despertou o questionamento inicial deste estudo acerca do conteúdo publicizado pelo governo de Minas Gerais nestes anúncios e sobre qual seria o posicionamento desse governo nas propagandas veiculadas nas páginas eletrônicas oficiais.

Com estas questões, e em conjunto aos preceitos dos processos existentes na educação brasileira de reforma do Estado, de responsabilização dos agentes públicos pelos resultados da educação pública, da cultura de resultados na educação (VERGER; NORMAND, 2015), e do movimento de privatização da educação (DARDOT; LAVAL, 20016), o objetivo central desta pesquisa foi de compreender o posicionamento do Governo Estadual de Minas Gerais em relação aos mecanismos privatistas na educação pública, por meio dos anúncios de suas ações e programas educacionais.

Para responder este objetivo, nesses anúncios foi realizada a análise de discurso inspirada no projeto arqueológico de Michel Foucault e apresentada nos estudos de Costa e Leão (2012). O *corpus* da pesquisa foi constituído pelos discursos dos anúncios gráficos de ações e programas instituídos e implementados no período de 2019 a 2022 a partir das principais políticas públicas educacionais de Minas Gerais, veiculadas nas páginas

eletrônicas oficiais do Estado - como nas páginas Agência Minas, Portal do Servidor e na página da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE).

Os estudos de Costa e Leão (2012) trouxeram a importância de compreender a construção de sentidos no complexo campo discursivo que acontece na reprodução de lógicas e na apropriação, e que envolvem consumo e consequências culturais, de conhecimento e de economia. Essas reproduções são construídas por um modelo econômico dominante, em uma conflituosa relação entre poder e resistência, e são capazes de canalizar correntes de informação que dirigem o comportamento social (COSTA; LEÃO, 2012) - correntes a serem desvendadas na reprodução de discursos representativos de uma determinada cultura.

Neste contexto, o discurso político não pode ser desvinculado da prática de um ritual, o qual define os indivíduos qualificados ao discurso, os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos do próprio discurso, e “que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, 2014, p.39).

Enquanto fonte de dados, os anúncios gráficos foram considerados como meios de transmissão de significados, os quais demandam um processo interpretativo complexo, e que têm como âncora a representação de uma cultura de destaque em uma sociedade (DENZIN, 2004). Ainda considerou que a tecnologia digital transformou o domínio de uma cultura elitista em imagens do conhecimento - domínio protegido por artistas, fotógrafos e designers gráficos, em uma mídia de comunicação em massa (STILES, 2004).

Portanto, lançar novos olhares sobre estes anúncios contribui à compreensão de problemas sociais que envolvem mudanças culturais na educação pública, e à elucidação dos impactos destas ações e programas às instituições escolares, à formação dos indivíduos envolvidos e às relações entre sociedade e governo.

Como estrutura sequencial do artigo, após elencadas a contextualização, o objetivo e as contribuições, são apresentados os conceitos fundamentais, os procedimentos metodológicos, os resultados e as considerações finais deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Da Nova Gestão Pública à Cultura de Resultados na Educação

O movimento da Nova Gestão Pública (NGP) e, mais recentemente, a Nova Governança Pública (OSBORNE, 2010) geram debates sobre como buscar melhores

resultados para cidadãos, devido ao aumento da pressão social, das restrições fiscais dos governos e o aumento do uso de tecnologia da informação e comunicação. A mudança do papel do Estado como prestador de serviços e de mantenedor de direitos essenciais como a educação foi iniciada pela NGP, denominada como um movimento de reforma, e cujo objetivo era responder à crise econômica dos anos 1970 - dentro do marco da regulação capitalista e em resposta às pressões externas recebidas pelo Estado (MARQUES, 2020). Esse movimento foi considerado como um programa de reforma do setor público baseado em instrumentos da gestão empresarial, que teria como objetivo melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos nas burocracias modernas (MARQUES, 2020).

Contudo, desde o século XX, essa ideia espalhou-se com uma nova e promissora modalidade de gestão pública nas últimas décadas, e foi apresentada com o objetivo primordial de fazer o setor público atuar como o privado, para assim adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços (MOTTA, 2013).

A racionalidade imposta neste movimento e importada da norma contábil gerou uma medida de eficiência supostamente neutra, com uma lógica de avaliação generalizada, que, por sua vez, objetivou o controle dos agentes públicos e a otimização de seus resultados (DARDOT; LAVAL, 2016). Também, em uma “cultura de resultados”, as novas políticas trouxeram o *management* e a *performance* à administração pública, e objetivaram “maximizar a utilidade da população”, por meio do entendimento maciçamente contábil das atividades, e por meio da constante gestão do desempenho (DARDOT; LAVAL, 2016).

E não diferente de outros países, no Brasil a NGP foi consolidada e implementada como opção para buscar a qualidade na educação (MARQUES, 2020), trazendo a adoção da cultura de resultados nas políticas educacionais. Essa cultura de resultados, fundamentada na racionalidade econômica, “oculta as finalidades próprias da instituição em benefício de uma norma contábil idêntica, como se cada instituição não tivesse valores constitutivos que lhe são próprios” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.313).

Mesmo que na NGP não se pretendesse dismantelar o Estado - mas reconstruí-lo - a lógica nos dias atuais permaneceu a mercantil, e antagônica à lógica pública – esta última inspirada pela solidariedade, pela coletividade e pelos interesses dos cidadãos (MARQUES, 2020).

Na reforma do Estado, ao invés de uma prestação de serviços direta, espera-se do Estado que fortaleça seu papel como regulador, avaliador e distribuidor de incentivos para outros provedores autônomos dos serviços públicos (VERGER; NORMAND, 2015). Aos

governos competem conduzir as políticas por um sólido enquadramento, ou mesmo por uma educação da sociedade pela legislação, no sentido de mudar a concepção do indivíduo – agora o homem-empresa ou o homem empreendedor – e fazer da formação do ser humano dentro do “espírito de empreendimento” uma prioridade dos sistemas educacionais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa reforma, traduzida nas políticas educacionais, seria voltada à profissionalização, às avaliações externas de resultados e do rendimento escolar, às publicações dos resultados obtidos pelas escolas, ao estilo gerencial para direção das escolas, ao financiamento das escolas com base nos resultados, entre outras ações (VERGER; NORMAND, 2015). E ainda, políticas voltadas à redução do aparelho do Estado, à cortes e redução do funcionalismo, à implantação de parcerias público-privadas em diferentes formatos, e, logo, à privatização (MARQUES, 2020).

Este contexto traz à sociedade o paradoxo entre os conceitos/princípios da educação e os princípios/práticas da gestão e da lógica empresarial (FAUSTINI et al., 1998; PARO, 2009). Os princípios educacionais sobre a importância social da escola – com sua função enquanto instituição responsável por uma política e uma filosofia educacional – e sobre a concepção da educação – como formação do ser humano em sua integralidade que em nada considere ou beneficie uma relação de dominação – necessitariam de uma administração escolar apta a mediar e atender esta pedagogia e a seus objetivos educacionais, e que não significasse um obstáculo para sua implementação (PARO, 2009).

Assim, a retirada do Estado dos alicerces de sua própria existência – do serviço público confiado a ele, enquanto mantenedor de direitos – traz um papel exclusivamente de avaliador e regulador, que mobiliza novos instrumentos de poder e cria novas relações entre sujeitos sociais e governo (DARDOT; LAVAL, 2016). Estes aspectos surgem especialmente no contexto das políticas e programas dos atuais governos estaduais brasileiros, em uma lógica educacional gerencial baseada no modelo privatista de mercado.

2.2 As atuais Políticas Públicas Educacionais como precursoras da privatização

No processo de reforma do papel do Estado e do aparato público, espera-se que o Estado fortaleça seu papel como regulador, avaliador e distribuidor de incentivos para

provedores autônomos dos serviços públicos, ao invés de ser um prestador de serviços direto (VERGER; NORMAND, 2015).

No Estado de Minas Gerais, como resultado das eleições de 2018, foi eleito um governador com forte experiência de atuação na iniciativa privada, com uma campanha sustentada em matrizes discursivas, políticas e ideológicas empresariais (SILVA, VALENTE, PEREIRA, 2019), e que teve, como principais promessas: a renovação da política; o combate a privilégios; o enxugamento da máquina pública para redução do tamanho e da importância que o Estado desempenha na sociedade; além da promessa de colocar Minas Gerais em um “novo” caminho - “reestruturar o setor público, alcançar a eficiência econômica e o equilíbrio fiscal do Estado” (PARTIDO NOVO, 2018, p.4). Ao replicar o princípio de liberdade econômica, constituinte do neoliberalismo (MERQUIOR, 2014), o Partido Novo afirmou que “a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do Estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si” (PARTIDO NOVO, 2018, p.4).

Para isso, logo no início, este governo implementou ações como a redução do quadro do funcionalismo público, a desestatização de empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, e o fortalecimento da estratégia de parceria público-privada na educação – ações que refletem o modelo privatista como princípio e base (SILVA, VALENTE, PEREIRA, 2019).

Entretanto, ao inserir o gerencialismo no setor público, inseriu-se uma nova forma de poder com o “papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos [...] que busca incutir performatividade na alma do trabalhador” (BALL, 2005, p.544-545).

Desta forma, as políticas públicas tornam-se mecanismos de reforma do setor público, pois proporcionam não somente mudanças técnicas e estruturais, mas também reformam os servidores públicos – pois mudam o que é feito e mudam as relações, as identidades e as subjetividades (BALL, 2005). Nesse movimento,

Novos papéis e subjetividades são produzidos à medida que os professores são transformados em produtores/fornecedores, empresários da educação e administradores, e ficam sujeitos à avaliação e análise periódicas e a comparações de desempenho. Novas formas de disciplina são instituídas pela competição, eficiência e produtividade. E novos sistemas éticos são introduzidos, com base no interesse próprio da instituição, no pragmatismo e no valor performativo (BALL, 2005, p.546-647).

Esses novos papéis dos educadores como fornecedores, empresários, administradores, com o foco na competição, eficiência e produtividade, são implementados por meio de políticas públicas educacionais, traduzidas em programas e

ações dos governos estaduais brasileiros. No estado de Minas Gerais, como exemplo, podem ser citados o Transforma Minas, o Projeto Somar, o Programa Jovem de Futuro e Trilhas de Futuro, bem como os convênios/parcerias com instituições privadas de ensino, instituídos, em sua maioria, a partir de 2019.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao compreender o posicionamento do Governo Estadual de Minas Gerais em relação aos mecanismos privatistas na educação, por meio dos anúncios de suas ações e programas educacionais, este estudo partiu do pressuposto de que os significados são derivados principalmente das palavras (SAUNDERS *et al.*, 2009).

Caracterizada como qualitativa-interpretativa, esta pesquisa foi iniciada com o levantamento de dados secundários, e teve como fonte principal as propagandas do governo estadual – denominadas como anúncios gráficos – de ações e programas educacionais de Minas Gerais, veiculadas no período de 2019 a 2022 nas páginas eletrônicas oficiais do Estado - como Agência Minas, Portal do Servidor e na página da SEE. Foram identificados, ao todo, vinte e sete anúncios gráficos, relacionados a diversas iniciativas do governo de Minas Gerais, e que envolvem a reforma dos próprios servidores públicos (BALL, 2005), com mudanças na formação dos atores educacionais - como de gestores, educadores e alunos – e mudanças culturais, estruturais e técnicas nas escolas.

Após identificação dos anúncios gráficos, foi realizada uma pesquisa documental acerca destes programas e de suas ações, de modo a compreender o objetivo e alguns de seus mecanismos na educação pública mineira. A partir da análise documental, foram selecionados os programas com maior destaque na proposição de mudanças, como os programas Transforma Minas, Projeto Somar, Jovem de Futuro e Trilhas de Futuro.

A análise dos documentos foi com base na análise documental proposta por Bardin (2011, p.51): “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar a sua consulta e referência”. A partir dos atos normativos, no Quadro 1 foram elencados objetivos, ações e alguns impactos às instituições escolares e aos atores envolvidos nestes programas.

Após a análise dos documentos, e sustentado na concepção de Foucault (2008) acerca do saber – o qual não está contido somente em demonstrações, mas também em narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas – como parte principal do *corpus* de pesquisa foram estruturados os discursos dos anúncios gráficos, pelo método

de observação direta e a partir da escolha e do registro das ações e programas selecionados, com a descrição dos enunciados neles apresentados (Quadro 2).

Os anúncios gráficos foram explorados com base na definição de *imagem*: uma representação da forma externa de um objeto, uma ilustração figurativa, ou uma semelhança de algo real ou imaginário (HAWKINS; ALLEN, 1991). Outro conceito base foi o das ‘palavras, figuras e números’, considerados como símbolos de uma representação abstrata indireta, que tipificam ou lembram outra coisa ao serem visualizados (HAWKINS; ALLEN, 1991).

Já a análise do discurso dos anúncios, foi por meio da análise do discurso foucaultiana apresentada no caminho metodológico desenvolvido por Costa e Leão (2012). Estes autores usaram o projeto arqueológico de Foucault para entender a estrutura das formações discursivas, e observaram que a analítica interpretativa arqueológica deste autor preserva a subjetividade do pesquisador. Em sua pesquisa, Costa e Leão (2012) usaram somente os enunciados – separaram descrições enunciativas, regras de funcionamento e funções enquanto componentes analíticos do discurso, segundo Foucault (2014) – de maneira a compreender os significados culturais que uma marca global de refrigerantes estabelece e reproduz em seus discursos, a partir de elementos da logomarca, de peças publicitárias, de material de *merchandising*, de fotos dos pontos de atendimento e de ações promocionais, entre outros.

Outros estudos de mesma característica trouxeram a análise do discurso foucaultiana como caminho metodológico: como os de Fischer (2001), que defendeu a produtiva contribuição deste método às pesquisas em educação e à análise do discurso de políticas desta natureza; e os estudos de Lacerda e Mello (2020), que buscaram compreender os movimentos e os conflitos sociais no processo de organização de espaços urbanos no Cais de Mauá, localizado em Porto Alegre.

Como nesses estudos, para esta pesquisa foi utilizado o conceito de discurso de Foucault (2008, p.12) - apresentado como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”, enunciados que nem sempre são perceptíveis e para serem desvendados, deve-se assim considerá-los e interrogá-los; e ainda, o conceito de que a análise do discurso “não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (FOUCAULT, 2014, p.70).

Já as formações discursivas, seguindo Costa e Leão (2012, p.458), foram identificadas a partir do conjunto representado pela combinação específica feita por eles

entre “as linhas percorridas nos três níveis (dispostos em forma de colunas) previamente descritos (descrições enunciativas, funções e regras)”.



Figura 1 - Síntese do conjunto das formações discursivas

Fonte: elaborada pelas autoras, com base em Costa e Leão (2012) e Foucault (2014).

Ainda em Costa e Leão (2012, p.459), “a descrição dos enunciados do campo discursivo constituiu-se a unidade enunciativa” e “a função constituiu uma ação que se revelou por meio da existência de um domínio de saberes que lhes está associado”. E quanto às regras, Foucault (2008) as define como prática social, e podem ser consideradas como os sentidos dentro de cada uma das funções.

Deste modo, neste movimento de desconstrução dos sistemas de formação do discurso dos anúncios gráficos, foram descritas as funções enunciativas e as regras de formação, que juntas e devidamente cruzadas, em conjunto, apresentaram as formações discursivas destinadas à nomeação e à análise (FOUCAULT, 2014).

Os resultados das análises dos anúncios gráficos são apresentados na próxima seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 As formações discursivas das ações e programas do Governo de Minas Gerais, de 2019-2020

No Quadro 1 é possível observar os objetivos das ações e programas Transforma Minas, Projeto Somar, Jovem de Futuro, Trilhas de Futuro, nos quais estão presentes a

estratégia de convênios/parcerias com instituições privadas de ensino, e evidentes a proposição de mudanças técnicas e estruturais, e de reforma dos próprios servidores públicos enquanto pano de fundo de alguns de suas ações.

Quadro 1 - Síntese de ações e programas educacionais mineiros

Programas/ações	Objetivo	Algumas ações na educação pública
Transforma Minas – instituído pelo Decreto 48.330, de 29 de dezembro de 2021	Aperfeiçoar o modelo de atração, seleção, desenvolvimento e desempenho de servidores para trabalhar no Governo do Estado; promover o desenvolvimento e o desempenho dos profissionais selecionados, realizado por meio de uma parceria com a Fundação João Pinheiro (MINAS GERAIS, 2022b).	- Escolha de gestores de outras áreas da administração pública do Estado; - Seleção de Superintendentes das Secretarias Regionais de Ensino.
Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco	Ampliar capacidades e competências institucionais, coletivas e individuais no campo da gestão escolar e educacional para melhorar a qualidade do Ensino Médio Regular nas escolas públicas do estado, bem como contribuir para [...] diminuição da evasão escolar, por meio de apoio técnico pedagógico às unidades escolares, às unidades regionais e à unidade central (DOE, 2019).	- Instituição do Ideb como fator chave da qualidade do ensino mineiro; - Formação técnica de gestores, com avaliação do conhecimento baseada em dados estatísticos; - Implementação do ciclo PDCA na gestão escolar (INSTITUTO UNIBANCO, 2019).
Projeto Somar	Instituir a Gestão Compartilhada de escolas de ensino médio da Rede Pública Estadual de Ensino em parceria com Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos” (MINAS GERAIS, 2022c, n.p).	- Projeto piloto em três escolas públicas do estado, que apresentam indicadores abaixo da média e que oferecem exclusivamente o ensino médio: Escola Estadual Francisco Menezes Filho e Escola Estadual Maria Andrade Resende, situadas em Belo Horizonte; e Escola Estadual Cel. Adelino Castelo Branco, da cidade de Sabará.
Trilhas de Futuro	Ofertar gratuitamente cursos técnicos aos estudantes e egressos do ensino médio de escolas públicas e privadas, com perspectiva de empregabilidade, aproveitando-se da infraestrutura já existente e da expertise de instituições públicas e privadas (MINAS GERAIS, 2022d).	- Fortalecimento da estratégia de parcerias público-privada, com destinação de recursos do governo estadual.

Fonte: elaborado pelas autoras.

O programa Transforma Minas apresenta-se como inspiração as “reformas realizadas em países que criaram mecanismos modernos de recrutamento para profissionalizar a composição de altos cargos na administração pública [...] como o Chile [...] Austrália, além do Reino Unido” (MINAS GERAIS, 2022b, n.p).

No Quadro 2 são apresentadas as descrições enunciativas dos anúncios gráficos, observadas a partir do discurso presente em cada um dos anúncios, estruturados de acordo com as principais ações e programas do governo mineiro.

Quadro 2 - Descrições enunciativas dos anúncios

	Composição do enunciado
Projeto Somar	Signos da logomarca do governo estadual; imagem de alunos e de professores em reunião, com falas apresentando o projeto como melhoria da educação nas escolas; símbolos com a concepção de união; e afirmações como ‘experiência inovadora’, ‘a escola é gratuita e pública’;
Jovem de Futuro	Signos da logomarca do Instituto Unibanco; imagem de alunos e professores; frase de destaque ‘Minas Gerais teve o seu melhor resultado no Ideb 2019’.
Programa Transforma Minas	Signos da logomarca do governo estadual; destaque dos símbolos da logomarca do programa ‘Transforma Minas’; palavras e afirmações como ‘mérito’, ‘competência’, ‘constante aprendiz’ e ‘destacar na sua carreira’.
Trilhas de Futuro	Signos da logomarca do governo estadual, acompanhados da frase ‘governo diferente, estado eficiente’; destaque do público-alvo ‘Profissional da Educação’; ênfase em expressões como ‘quando você avança, Minas inteira avança junto’, ‘vai ser doido de perder essa?’, ‘cursos técnicos gratuitos’, ‘com ajuda para transporte e alimentação’.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Figura 2 - Exemplos dos anúncios gráficos de cada programa



Fonte: Instituto Unibanco (2019) e Minas Gerais (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

De acordo com os estudos de Costa e Leão (2012), localizar a função enunciativa é decifrar a função que cada componente do enunciado promove dentro do contexto do discurso, e cada função é uma ação revelada por meio do saber a ela associada. As funções identificadas são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 3 - Funções enunciativas

Nome	Ação promovida
Identificar-se	Destacar o governo estadual como promotor dos programas
Identificar parceiros	Destacar as parcerias dos programas desenvolvidos
Comunicar	Fazer conhecer os programas desenvolvidos e seus benefícios
Persuadir	Convencer acerca dos benefícios dos programas e do êxito do governo no processo de melhoria da educação
Reafirmar	Comprovar os benefícios dos programas e o trabalho do governo estadual como diferente, eficiente, inovador
Oficializar	Legitimar os programas e suas ações
Publicizar	Propagar os programas como benéficos e inovadores
Promover hegemonia	Fazer prevalecer um discurso único acerca do desempenho do governo estadual, como eficiente e como promotor de melhoria na educação pública

Fonte: elaborado pelas autoras.

Neste estudo, as regras seguiram o indicado em cada elemento presente nas funções enunciativas, que - de acordo com a concepção de Foucault (2008) das regras como prática social - foram identificadas como persuasão, convencimento, credibilidade, legitimação, propagação, uniformidade. Em complementação, foram cruzados os resultados identificados como enunciados, funções enunciativas e regras, de modo que se chegasse às formações discursivas, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Composição das formações discursivas

Regras	Funções	Enunciados	Formações Discursivas - FD
Persuasão	Identificar-se	Logomarca do Estado	FD1: o governo estadual se identifica e se comunica como de credibilidade, inovador, de melhores resultados, e eficiente.
Convencimento	Identificar parceiros	Logomarca de parceiros de instituições privadas	FD2: as parcerias com instituições privadas são experiências inovadoras e diferentes.
Credibilidade	Comunicar	Inovação	FD3: com as parcerias público-privadas, as escolas permanecem gratuitas e públicas, porém, mais competentes e eficientes.
Legitimação	Persuadir	Escola gratuita e pública	FD4: se o indivíduo participa dos programas, ele avança e promove o avanço de Minas Gerais.
Legitimação	Reafirmar	Mérito, competência, eficiência, união	FD5: pela inovação e por meio de um governo diferente, surgem melhores resultados.
Propagação	Oficializar	Melhores resultados de um "governo diferente, estado eficiente"	
Uniformidade	Publicizar	"Você avança, Minas avança"	
	Promover hegemonia		

Fonte

: elaborada pelas autoras.

Desta forma, com as formações discursivas estruturadas a partir da análise do discurso dos anúncios gráficos das ações e programas apresentados, compreende-se na Formação Discursiva (FD) 1 como o Governo Estadual de Minas Gerais se identifica e se comunica: enquanto indivíduo qualificado, de credibilidade, inovador, de melhores resultados, e eficiente em seus programas educacionais. Do mesmo modo, na FD2 é possível identificar as parcerias com as instituições privadas como experiências inovadoras e diferentes, e que, mesmo com essas parcerias, a escola permanece gratuita e pública, porém, em complementação pela FD3, mais competente e eficiente - logo, antes destas parcerias, as escolas eram menos competentes e eficientes.

Também, por meio da FD4, o Estado identifica o papel das pessoas envolvidas nestes programas e qual o caminho para resultados melhores do governo: se o indivíduo participa dos programas e ações, ele avança, e, ao mesmo tempo, promove o avanço do Estado de Minas Gerais.

Na concepção do indivíduo como dono de si e sobre o espírito de empreendimento (DARDOT; LAVAL, 2016), de acordo com a FD5, o Governo Estadual o responsabiliza – a partir da credibilidade e participação nestes programas – pela reestruturação eficiente da administração pública, e, conseqüentemente, por um governo diferente e pelo avanço do Estado, com melhores resultados.

Ainda foram identificadas nas análises ações como as indicadas por Verger e Normand (2015) - melhoria de resultados a partir do Ideb enquanto indicador de

qualidade, avaliações externas de resultados realizadas por parcerias público-privadas, publicização de resultados das escolas e responsabilização do indivíduo – o que possibilitou compreender o papel do Governo Estadual de Minas Gerais como precursor, apoiador, executor e propagador da reforma proporcionada pelas políticas públicas educacionais. Ainda, termos como ‘eficiente’, ‘inovação’, ‘avanço’ refletem a cultura de resultados e o estilo gerencial privatista, fundamentadas em resultados e em critérios de mérito e produtividade (VERGER; NORMAND, 2015).

Como descreveu Dardot e Laval (2016), com estes programas realizados pela estratégia de parceria público-privada, ao invés de um prestador de serviços direto, o governo do Estado de Minas Gerais identifica-se, comunica, publiciza e legaliza seu papel como regulador e avaliador, e, além disto, de seu papel como fonte de recursos públicos para prestadores privados de serviços públicos, implementando novas ferramentas de poder e criando novas relações entre os sujeitos sociais e o governo estadual.

E ainda, pelas formações discursivas, esses programas são caracterizados como mecanismos de reforma do setor público, uma vez que, conforme Ball (2005) aponta, esses implementam o gerencialismo por meio de mudanças técnicas e estruturais, e reformam os próprios servidores públicos, implementando novos papéis, novas relações, novas formas de disciplina, novos sistemas éticos, de acordo com os interesses do governo estadual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instigada a partir da matéria veiculada na página eletrônica do SINPROMINAS, que indicava desmascarar os anúncios publicitários do Estado de Minas Gerais sobre a educação no estado e revelar que milhões são investidos em propaganda que não revelam a realidade, esta pesquisa buscou compreender o posicionamento do governo mineiro em relação aos mecanismos privatistas na educação pública, veiculado por meio dos anúncios gráficos de ações e programas da educação pública do estado.

Para tal, por meio do caminho metodológico de análise de discurso inspirado no projeto arqueológico de Michel Foucault e realizado nos estudos de Costa e Leão (2012), o *corpus* de pesquisa foi estruturado a partir dos anúncios das principais páginas eletrônicas oficiais do governo estadual. As formações discursivas, estruturadas a partir das análises, revelaram que o Governo Estadual de Minas Gerais se identifica e se comunica como diferente, de credibilidade, inovador, de melhores resultados, e eficiente

em seus programas educacionais; evidenciaram o entendimento das parcerias com instituições privadas como experiências inovadoras e diferentes, e que tornam as escolas públicas mais competentes e eficientes; e revelaram a compreensão deste governo acerca do papel e da responsabilização dos indivíduos envolvidos na educação - como responsáveis pelo avanço dos resultados educacionais do Estado de Minas Gerais. Igualmente, responsabiliza o indivíduo - no ritmo do empreendedorismo - pelos resultados estatais, e concebe uma administração escolar paradoxal à função social da escola e da própria educação como formadoras e emancipadoras dos sujeitos.

Em contrapartida, o governo estadual mineiro se posiciona como avaliador e regulador dos serviços educacionais, em um movimento evidente de redução do aparelho do Estado, de privatização e de implementação da lógica mercantil privatista em suas ações e programas. Ainda nesta dinâmica, ao apropriar-se e reproduzir essa lógica no campo discursivo com o objetivo de direcionar um comportamento social, as formações discursivas revelam o que Foucault (2014) trouxe sobre o conjunto do discurso político e sua determinação de papéis: o papel preestabelecido do governo mineiro resume-se ao de implementador de reformas na educação, com a propriedade singular de promover mudanças nas relações de poder entre sociedade e Estado.

Por meio dos novos papéis instituídos, o gerencialismo - como princípio empresarial presente no discurso do governo mineiro em conjunto a outros mecanismos de reforma do Estado - transforma não somente a escola, ao inserir nela preceitos competitivos, mas também muda os sujeitos, as relações, as identidades e as subjetividades (BALL, 2005).

E como continuidade - já que a análise interpretativa arqueológica de Foucault preserva a subjetividade do pesquisador (COSTA; LEÃO, 2012) e este estudo foi direcionado especificamente aos anúncios gráficos dos programas Transforma Minas, Projeto Somar, Jovem de Futuro e Trilhas de Futuro - sugerem-se pesquisas acerca das ações e dos impactos efetivos destes programas às escolas e aos indivíduos envolvidos, e pesquisas sobre programas similares em outros estados brasileiros, de modo a ampliar a compreensão da implementação e das consequências da reforma do papel do Estado e da privatização na educação pública, bem como a compreensão da gestão dos governos subnacionais nestes processos.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 453-469, 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial, 2016.
- DENZIN, N. K. Symbolic interactionism. In: FLICK, U.; VON KARDOFF, E.; STEINKE, I. (Ed.). *A companion to qualitative research*. London: Sage, 2004
- DOE. *Diário do Executivo de Minas Gerais*. Minas Gerais, 07 ago. 2019. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/DOE-publica%C3%A7%C3%A3o-Acordo_07.08.2019.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.
- FAUSTINI, L. A. et al. Estrutura administrativa da educação básica. In: MENEZES, J. G. de C.; BARROS, R. S. M. de; NUNES, R. A. da C. *Estrutura e funcionamento da educação básica - Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. Cap. 6, p. 137-151.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de pesquisa*, p. 197-223, 2001.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed., 2008.
- FOUCAULT, M. *Ordem do discurso* (A). Edições Loyola, 24 ed., 2014.
- HAWKINS, J.M.; ALLEN, R. (eds). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- INSTITUTO UNIBANCO (Brasil) (org.). *Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2019 MG*. Minas Gerais: Instituto Unibanco, 2019. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/IU-Relatorio_Atividades_MG_2019-digital.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.
- KOSLINSKI, M. C.; RIBEIRO, E.; DE OLIVEIRA, L. X. Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do “Prêmio Escola Nota Dez”. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 28, n. 69, p. 804-846, 2017.
- LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. Se essa Rua Fosse Minha eu Mandava Ladrilhar: Conflitos Sociais no Organizar do Espaço Urbano e a Luta pela Significação entre Discursos e [R]Existência. *Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 95, p. 787-819, 2020.
- MARQUES, L. R. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. *Educar em Revista*, v. 36, 2020.
- MERQUIOR, J. G. *O liberalismo antigo e moderno*. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014.
- MINAS GERAIS. Agência Minas. Governo do Estado de Minas Gerais (org.). 2022a. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- MINAS GERAIS. Prodemge. Governo do Estado de Minas Gerais (org.). *Transforma Minas*. 2022b. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/transforma-minas>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). *Cartilha Projeto Somar*. 2022c. Disponível em:
<https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/cards%20Projeto%20SOMAR.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). Orientações para o credenciamento de instituições. *TRILHAS DE FUTURO*. 2022d. Disponível em:
<https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20Credenciamento%20de%20Institui%C3%A7%C3%B5es.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2022.

MOTTA, P. R. de M. *O estado da arte da gestão pública*. RAE, vol. 53, n. 1, 2013.

OSBORNE, J. Arguing to learn in science: The role of collaborative, critical discourse. *science*, v. 328, n. 5977, p. 463-466, 2010.

PARO, V.H. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 107, p. 453-467, 2009.

PARTIDO NOVO. Liberdade Ainda que Tardia. *Plano de Governo de Romeu Zema*. 2018. Disponível em:
http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702/proposta_1533160671813.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

RODRIGUES, E. C. *et al.* Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 27, n. 66, p. 662-688, 2016.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. *Research methods for business students*. 6a Ed. London: Pearson education, 2009.

SILVA, M. S. P. da; VALENTE, L. de F.; PEREIRA, M. S. F. O “novo” nas trilhas da educação: políticas e prioridades para a educação básica nas Minas Gerais em 2019 (janeiro a junho). In: *Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?* ANPAE, 2019.

SINPROMINAS. Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais. *Professores contestam propaganda do governo estadual*. 2022. Disponível em:
<https://www.sinprominas.org.br/professores-contestam-propaganda-do-governo-estadual/> . Acesso em: 20 abr. 2022.

STILES, D. R. Pictorial representation. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (orgs.) *Essential guide to qualitative methods in organizational research*. London: Sage Publications, 2004.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. *Educação & Sociedade*, v. 36, p. 599-622, 2015.